

ESP-COM.POLIC.AREA METROP-9

Estudo Técnico Preliminar 19/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 057.00123698/2026-12

2. Descrição da necessidade**2.1. Identificação da Demanda**

2.1.1. A presente demanda refere-se à aquisição de gêneros alimentícios, sendo eles açúcar, café e margarina, destinados ao consumo diário do efetivo da CPA/M-9 e suas unidades subordinadas, durante as atividades operacionais e administrativas, custeadas com recursos do Fepom Copa).

2.2. Justificativa da Necessidade

2.2.1. A compra desses itens visa garantir o fornecimento contínuo de alimentação de apoio (refeições rápidas e lanches) aos policiais militares empenhados em jornadas prolongadas e escalas intensificadas. O fornecimento de tais produtos contribui diretamente para o bem-estar, a moral e o desempenho do efetivo, sendo essencial para manter a prontidão e a eficiência do serviço.

2.3. Conclusão

2.3.1A aquisição dos itens descritos neste Estudo Técnico Preliminar é essencial para o pleno funcionamento das atividades da CPA/M-9 e suas unidades subordinada. O fornecimento dos gêneros alimentícios propostos proporcionará condições adequadas de trabalho aos policiais militares empenhados, garantindo eficiência operacional.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
COMANDO DE POLICIAMENTO DE ÁREA METROPOLITANA NOVE	2º Ten PM Roberto Lima

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Tendo em vista a menor complexidade do objeto e eventualmente o menor vulto, entende a administração que o estudo técnico preliminar possa prescindir desta informação, guardando a proporcionalidade entre o custo do controle e o risco envolvido, conforme o § 1º do Artigo 5º do decreto n.º 68.017, DE 11 DE OUTUBRO DE 2023.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Tendo em vista a menor complexidade do objeto e eventualmente o menor vulto, entende a administração que o estudo técnico preliminar possa prescindir desta informação, guardando a proporcionalidade entre o custo do controle e o risco envolvido, conforme o § 1º do Artigo 5º do decreto n.º 68.017, DE 11 DE OUTUBRO DE 2023.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Tendo em vista a menor complexidade do objeto e eventualmente o menor vulto, entende a administração que o estudo técnico preliminar possa prescindir desta informação, guardando a proporcionalidade entre o custo do controle e o risco envolvido, conforme o § 1º do Artigo 5º do decreto n.º 68.017, DE 11 DE OUTUBRO DE 2023.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Após o levantamento da quantidade de policiais lotados neste CPA, que contribuem com o plano copa, verificou-se a necessidade dos itens e quantidade que constam na tabela a seguir.

Item	Descrição	Unidade de medida	Qtd
01	Açucar	embalagem 1 quilograma	305
02	Café	embalagem 250 gramas	1550
03	Margarina	embalagem 250 gramas	320

8. Estimativa do Valor da Contratação

[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: Para garantir uma melhor concorrência e assegurar um resultado mais benéfico para a administração pública.]

Valor (R\$): 33.707,75

8.1. Foi realizado a pesquisa de preço e verificou-se um preço estimado total de R\$ 33.707,75 para a aquisição de 3 (três) itens que constam na planilha anterior.

8.1.1. Vale ressaltar, que o valor acima informado é meramente estimativo, sendo o valor referencial obtido em uma futura pesquisa de preço.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Em regra, os itens deverão ser entregues em uma única parcela.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Tendo em vista a menor complexidade do objeto e eventualmente o menor vulto, entende a administração que o estudo técnico preliminar possa prescindir desta informação, guardando a

proporcionalidade entre o custo do controle e o risco envolvido, conforme o § 1º do Artigo 5º do decreto n.º 68.017, DE 11 DE OUTUBRO DE 2023.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. Tendo em vista a menor complexidade do objeto e eventualmente o menor vulto, entende a administração que o estudo técnico preliminar possa prescindir desta informação, guardando a proporcionalidade entre o custo do controle e o risco envolvido, conforme o § 1º do Artigo 5º do decreto n.º 68.017, DE 11 DE OUTUBRO DE 2023.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Manutenção da Capacidade Operacional do Efetivo

12.1.1. A oferta contínua de alimentos de consumo rápido (açúcar, café e margarina) contribui para manter o estado de alerta e a disposição física e mental dos policiais durante longas jornadas, plantões e operações extraordinárias.

12.2. Valorização e Bem-Estar do Servidor

12.2.1. Oferecer café da manhã e lanches simples melhora o ambiente de trabalho, reforçando a valorização do efetivo, o sentimento de pertencimento e o reconhecimento pelos serviços prestados.

12.3. Melhoria na Eficiência e Produtividade

12.3.1 Com a alimentação básica assegurada, o policial pode manter sua produtividade e foco na missão, sem necessidade de deslocamento para alimentação em horário de serviço, evitando perda de tempo e dispersão.

12.4. Maior Autonomia das Unidades Subordinadas

12.4.1. O fornecimento direto de produtos alimentícios permite que cada unidade da CPA/M-9 gerencie internamente a oferta de lanches, adaptando o uso conforme a escala de serviço e a realidade local, com mais agilidade e controle.

12.5. Padronização e Controle de Qualidade

12.5.1 Com compras centralizadas e bem especificadas, é possível garantir a padronização da qualidade dos produtos, facilitando o controle da validade, armazenagem e distribuição segura dos itens.

12.6. Atendimento às Demandas de Operações Especiais

12.6.1. A previsão de aumento nas demandas operacionais requer prontidão logística. O fornecimento destes gêneros alimentícios é essencial para garantir o funcionamento contínuo dos serviços de policiamento ostensivo.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Tendo em vista a menor complexidade do objeto e eventualmente o menor vulto, entende a administração que o estudo técnico preliminar possa prescindir desta informação, guardando a proporcionalidade entre o custo do controle e o risco envolvido, conforme o § 1º do Artigo 5º do decreto n.º 68.017, DE 11 DE OUTUBRO DE 2023.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Tendo em vista a menor complexidade do objeto e eventualmente o menor vulto, entende a administração que o estudo técnico preliminar possa prescindir desta informação, guardando a proporcionalidade entre o custo do controle e o risco envolvido, conforme o § 1º do Artigo 5º do decreto n.º 68.017, DE 11 DE OUTUBRO DE 2023.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável a contratação dos itens

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

TIAGO AGUETONI SILVA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 12/03/2026 às 09:47:14.